

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Asibama/DF,

dia 25 de julho de 2013.

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, deram início à Assembleia Geral Extraordinária os servidores da carreira de especialista em meio ambiente e PECMA, na área de lazer da ASIBAMA-DF a partir das 14h30 em segunda convocação, com a seguinte pauta: 1- Informes; 2- propor medida judicial cabível com o objetivo de garantir pagamento de Gratificação de Qualificação aos aposentados filiados à Asibama/DF que cumpriram, enquanto ativos, os requisitos necessários para sua percepção; 3- propor medida judicial cabível com o objetivo de garantir correto posicionamento de seus filiados no PCC do MMA e do IBAMA, PECMA, instituído pela MP 304/06, posteriormente convertida na Lei 11.357/06; 4- dificuldades enfrentadas pelos servidores frente à administração do Ibama; 5- assuntos gerais. Inicialmente foram dadas boas vindas, convidado um relator para ata – Gerson assumiu a responsabilidade, exposta a pauta da convocação e perguntado sobre inclusão de novos assuntos. Foram incluídos em assuntos gerais os temas relacionados aos fiscais ambientais e à eleição no Sindsep/DF. A seguir o presidente da Asibama/DF informou que brevemente será convocada a segunda chamada para as eleições da diretoria executiva e conselho fiscal da associação, gestão 2013-2015. Todos devem ficar atentos à página da associação e aos seus e-mails para verificar quando se iniciarão as próximas eleições. Todos foram convidados para a festa julina da APOSEQ, entidade social apoiada pela Asibama/DF, que ocorrerá no dia seguinte, às 18h, na área de lazer da associação. Também foi entregue e lido na assembleia um manifesto entregue ao presidente da Asibama/DF pelo Sr. Benício. Aberto segundo ponto de pauta, foi apreciada a ação judicial pela plenária da Assembleia, colocada em votação foi aprovada pela maioria havendo apenas uma abstenção. O terceiro ponto de pauta também houve apreciação, discussão em plenária e colocada em votação a ação judicial foi aprovada por unanimidade. Abrindo o quarto ponto de pauta, o Sr. Henrique expôs diversos problemas e insatisfações apontadas pelos servidores, por vezes em listas eletrônicas, nos corredores das autarquias,

em conversas diretas com a diretoria da Asibama/DF frente às questões relacionadas com a Diplan, principalmente do Ibama. Foram relacionados vários exemplos: ponto eletrônico (desde a implantação, passando pela discussão da portaria Ibama 02/2011, inúmeros rearranjos do sistema, desembocando claramente numa falta de política de RH); um servidor abordou aspecto referente ao transporte funcional quando chega atrasado pelo trânsito congestionado – para o qual deveria ser criado um código no sistema eletrônico do ponto para abonar eventual atraso, conforme preconiza a cartilha do Ibama, de janeiro/2011, sobre o controle de assiduidade e pontualidade, registro eletrônico de frequência e sistema eletrônico de controle de frequência (p.8). “Força maior pode ser caracterizado quando se tratar de evento inevitável, ainda que previsível, por se tratar de fato superior às forças do indivíduo, como normalmente são os fatos da Natureza, como por exemplo: tempestades, enchentes, atrasos do transporte funcional etc... Comprovado a ocorrência dos casos acima a Coseg/Cgead, em conjunto com a Cgreh, fará consigná-lo no Sistema Eletrônico de Controle de Frequência.” Os servidores apontaram que deveria ser estendido aos servidores que possuem carro também. Outro servidor levantou questão sobre a necessidade dos trabalhadores terceirizados também devem bater o ponto eletrônico, já que há muitos casos de não comparecimento, sem horário e sem trabalho, completou dizendo que o órgão está inchado. Sobre GEAP foi comentado sobre a nota que a Diplan colocou no Ibamanet em 18/07/13, na qual afirma que o contrato do Ibama com a GEAP terminará em novembro/2013 e que a realização de credenciamento não é medida obrigatória, mas sim discricionária e de liberalidade da administração. E o Ibama está providenciando licitação para que os servidores possam ter opção ao cancelamento da GEAP. Esta situação é grave haja vista o ocorrido no Ministério da Educação quando não pode renovar o convênio com a GEAP e teve servidor que não pode continuar o tratamento pelo cancelamento do plano. Outro ponto levantado durante a assembleia, as transferências por fechamento de unidades/escritórios do Ibama, foram lembrados os casos da cidade de Catalão/GO e Manaus/AM, e que a administração não respeita nem mesmo relatório final do GT realizado onde o Presidente da autarquia e a Ministra do Meio Ambiente mandou que fossem

implementadas as recomendações do grupo. Servidores na plenária se manifestaram no sentido de mais ferramentas para mostrar o descontentamento dos servidores, de preparar mobilização. Foi comentado também o desserviço do Senador Renan Calheiros colocando em cheque o Ibama e o licenciamento ambiental quando insinuou que havia uma “troca” envolvendo o licenciamento do porto EISA e o PL 60 – projeto de lei que abre 1.000 vagas para a carreira de especialista em meio ambiente. Do Ibama – há casos de demora na chegada de documentos de 10 dias, relatos de perda de prazo na análise e dificuldades de consultas de documentos no sistema, diminuição na produtividade por conta de retrabalho, duplicidade na organização dos processos administrativos (digital e papel). A administração apesar de ouvir as reclamações não tem tomado providências. Henrique Silva lembrou a situação da equipe técnica da auditoria interna do Ibama, que agora sofre uma sindicância por parte do órgão, mas ao mesmo tempo o órgão não consegue responder os questionamentos levantados pela referida equipe e agora apurados pela CGU. Também trouxe a preocupação com um parecer da CGU em que aponta a possibilidade de perda futura de desempenho institucional por questões administrativas do Ibama (parecer em anexo). Foi lembrado que servidores do Incra e do MAPA tiveram que devolver dinheiro por conta de fraco desempenho institucional. Também foi lembrado que o Ibama tem um Plano Estratégico, realizado com a participação dos servidores, já aprovado pelo comitê gestor do órgão, mas ainda não implantado e não se tem justificativa para a não implantação. Foi apresentada uma proposta de parar um dia para reflexão. Também foi apresentada outra proposta de se ter reuniões com os temas relacionados acima ao longo de uma semana. Em relação ao ICMBio foi relatado que agendas são colocadas no ostracismo e há coordenações inviabilizadas. No interior os servidores da carreira não têm respaldo institucional e a articulação é crítica. Foi sugerido que se fizesse uma mobilização com servidores usando faixa preta nos braços, demonstrando a indignação com o desmantelamento do Ibama, mas é preciso articular com políticos e buscar uma audiência pública na Câmara. Antes de passar para o último ponto de pauta, foi definido pela plenária que os encaminhamentos das propostas seriam

votados ao final da assembleia. Sobre o último ponto, assuntos gerais, foi discutida a mobilização dos fiscais ambientais. Foi lida uma carta elaborada por um grupo de analistas ambientais na qual comenta sobre a concentração na defesa do Bioma Amazônia, mas que os outros biomas estão sendo deixados de lado. O Ibama tem realizado o trabalho na região, mas outras instituições têm sido reconhecidas em detrimento do Ibama. Os servidores afirmam a necessidade de renovação das equipes e ressaltam a urgência de realização de concurso público. A carta também comenta sobre a perda do porte de arma – proveniente de alterações nos códigos penal e florestal – visando o desarmamento, mas para os fiscais, em operação, é uma ferramenta fundamental. Mas caso o fiscal ambiental queira ter porte de arma é ele quem tem que agilizar por sua conta, não há apoio institucional para esta atividade. Por fim, conclui afirmando que há muitas perdas e sacrifício, muito tempo fora de casa e pouco reconhecimento, tanto do governo como da própria casa. A carta seguirá em anexo à ata. Dando continuidade aos assuntos gerais, foi informado sobre o encontro do movimento 500 na Rio + 20, nos dias 6, 7 e 8 de setembro próximo, o tema será política ambiental e jovens. Por fim, foram colocadas em votação as propostas formuladas: Semana de debates, dia de paralisação, mobilização no Congresso Nacional e repassar as decisões para a Asibama Nacional. Todas foram aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a presente ata, que foi redigida e assinada pelo presidente da Asibama/DF e servidores, em anexo, pela lista de presentes.

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Presidente Asibama/DF